

SÁ, Isabel dos Guimarães; RODRIGUES, Lisbeth (ed.) (2023). *The Confraternities of Misericórdia and the Portuguese Diasporas in the Early Modern Period*. Leiden; Boston: Brill, 310 pp., ISBN: 978-90-04-54767-4.

A presente obra consiste no 42.º volume da coleção “European Expansion and Indigenous Response”, da editora Brill, cujos objetivos são, de acordo com o prefácio do respetivo editor, George Bryan Souza, compreender o processo de expansão europeia, troca e conectividade num contexto global na Época Moderna e promover um fórum para trabalhos académicos de ampla abordagem disciplinar, internacional e incluindo sempre que possível perspectivas não europeias. Considerando o crescente interesse internacional na história da expansão europeia e a necessidade de maior escrutínio e debate, o editor apresenta a obra como proporcionando “a rich and detailed comparative overview of the ubiquitous Portuguese solidarity, the Santa Casa da Misericórdia” e destaca o seu valor para comparações futuras com estudos de outras realidades.

A obra propriamente dita abre com uma introdução das coordenadoras, Isabel dos Guimarães Sá, Professora Catedrática da Universidade do Minho, e Lisbeth Rodrigues, Professora Auxiliar Convidada da Universidade Nova de Lisboa, que abordam brevemente os tópicos da relação entre caridade e império (optaram pelo termo “diáspora” porque surgiram misericórdias em locais que não estiveram sob a autoridade da Coroa portuguesa, testemunhando o chamado império informal ou espontâneo); da fundação das misericórdias (criação no final do século XV e rápida expansão para os territórios ultramarinos, num total de 417 até 1834, 90 das quais no império, sobretudo nas zonas costeiras); da arena política em que estas atuaram (relação com as elites municipais já há muito destacada na historiografia, significativo papel financeiro e económico e autonomia em relação à Igreja católica); da sua ligação com a escravatura e o racismo (critérios flexíveis quanto à limpeza de sangue, dada a necessidade de adaptação aos contextos sociais locais, não obstante a cooperação das misericórdias com o sistema colonial português em geral); e da sua ação caritativa (sustentada pelos legados *post mortem* e com uma importante componente ritual de exibição pública). As coordenadoras procedem de seguida a uma apresentação sumária dos 12 capítulos constitutivos do volume, que inclui ainda um glossário final. Os capítulos estão organizados em duas partes, a primeira dedicada ao enquadramento institucional das misericórdias e a segunda aos recetores da caridade, e partem todos de uma abordagem comparativa entre o reino e o império.

No primeiro capítulo, Inês Amorim traça a evolução organizacional das

misericórdias, no sentido da burocratização e exigindo a participação de um número crescente de irmãos e trabalhadores assalariados; caracteriza a pertença a estas irmandades (critérios de admissão e obrigações, situações de expulsão), que se elitizaram, mas também se adaptaram aos contextos urbanos locais, tanto em Portugal como no império; e, entre outros aspetos, destaca a crescente intervenção da Coroa na sua administração, associada a problemas financeiros e de gestão, sobretudo a partir do século XVIII.

No capítulo seguinte, José Pedro Paiva defende que, não obstante as misericórdias terem tido um papel central na assistência em Portugal e no império durante a Época Moderna, não estavam isoladas, havendo outros protagonistas, entre os quais os bispos. Em geral, as relações entre as misericórdias e os bispos foram harmoniosas e até colaborativas, mas houve casos de tensão, centrados nas questões em que se fazia sentir a jurisdição episcopal sobre as Santas Casas, ligadas às igrejas e aos rituais religiosos. O autor fornece vários exemplos de caridade episcopal, que caracteriza como complementar da praticada pelas misericórdias, dependendo do envolvimento pessoal do bispo e da sua capacidade para obter recursos, seletiva, ritualista e funcionando como instrumento do poder episcopal.

Segue-se o capítulo da autoria de Lisbeth Rodrigues, uma das coordenadoras da obra, que aqui examina a estrutura financeira das misericórdias metropolitanas e ultramarinas na época em estudo, analisando as suas fontes de rendimento (doações régias, caridade privada e juros de empréstimos), a gestão dos seus recursos e os seus investimentos. Destaca-se a atividade creditícia, a particulares (financiamento do comércio marítimo no Oriente, por exemplo) e à Coroa (compra e herança de padrões de juro), no primeiro caso com prejuízo financeiro (elites devedoras). Conclui-se que, para além de dispensadoras de caridade, as misericórdias devem ser consideradas importantes atores económicos nas comunidades locais onde se implantaram.

O papel financeiro das misericórdias na transferência de heranças através do império é abordado no quarto capítulo, por Sara Pinto. A autora demonstra como, no cumprimento desse privilégio concedido pelo rei para o Estado da Índia em 1590 (reunir heranças de portugueses falecidos além-mar, procurar herdeiros, transferir capital das Misericórdias de Goa e Cochim para a de Lisboa), as Santas Casas constituíram uma significativa rede pré-bancária no espaço imperial, usada também por negociantes e pela Coroa, para depósitos, transações e pagamentos, serviço fundamental num contexto sem bancos e com necessidade de circulação de capital à escala global.

Os capítulos cinco e seis versam sobre casos concretos de misericórdias ultramarinas, o de Manila e o das misericórdias japonesas. Joan O. Mesquida

traça a história da Santa Casa de Manila desde a sua fundação até à sua extinção (1594-1867), demonstrando ter estado sempre intimamente ligada com a evolução de Manila sob o domínio espanhol. Na origem da instituição estiveram dois franciscanos que seguiram o modelo das misericórdias portuguesas, sendo identificados vários traços comuns à história geral das santas casas (predomínio das elites locais; importância da atividade creditícia; proteção régia). Já no caso das misericórdias japonesas, apresentado por Rômulo Ehalt, terá havido uma maior distância em relação àquele modelo; o seu estabelecimento, a partir de meados do século XVI, esteve ligado à aplicação de formas históricas de caridade budista por missionários jesuítas. O autor valoriza o papel social que desempenharam, sendo que a Misericórdia de Nagasaki (1583-1619), a mais importante, sobreviveu, embora poucos anos, à destruição dos templos cristãos e à expulsão dos missionários do Japão.

O último capítulo da primeira parte da obra, da autoria de Joana Balsa Pinho, incide sobre a cultura visual das misericórdias e o papel identitário da arquitetura e da arte associadas a estas instituições. Destaca-se a ampla difusão, em Portugal e no império, de uma nova tipologia arquitetónica, correspondente ao conjunto das chamadas Casas da Misericórdia (igreja, casa do despacho e hospital), classificada como arquitetura assistencial (e não religiosa). Os novos edifícios localizavam-se no centro das vilas ou cidades, como forma de afirmação social e política. A autora debruça-se também sobre as peças artísticas de maior simbologia para as santas casas, sobretudo a bandeira, e os contextos e significados da iconografia recorrente.

A segunda parte da obra em análise incide, como se disse acima, na ação caritativa das misericórdias e nos seus destinatários, com capítulos que focam o socorro hospitalar, a concessão de dotes de casamento a órfãs, a administração de recolhimentos destinados a órfãs, o enterro dos mortos e o cuidado da alma e a assistência aos expostos. No primeiro, Andreia Durães traça o quadro geral dos hospitais sob administração das misericórdias, com especial atenção ao espaço ultramarino, focando-se nos casos de Goa, Macau e Salvador da Baía. Analisando aspetos como a lotação hospitalar, o socorro aos doentes militares, a eficácia dos tratamentos médicos, o pessoal de serviço e as despesas associadas, a autora conclui que os hospitais coloniais legitimavam as práticas imperiais, tanto no seu apoio à Coroa no tratamento de soldados, como na discriminação religiosa (hospitais de Goa e Macau reservados a cristãos); a não discriminação racial no Hospital de Salvador da Baía dever-se-ia à importância da escravatura para a colónia.

Sobre a concessão de dotes para casamento a raparigas órfãs, que, não sendo uma das catorze obras de misericórdia nem um dos objetivos iniciais das misericórdias, lhes foi imposta por benfeitores, Maria Antónia Lopes

explora a importância social desta prática, as suas motivações e os critérios e procedimentos usados para selecionar as beneficiárias em certas misericórdias, caracterizando ao mesmo tempo a proveniência social daquelas e os resultados práticos das doações. Destacamos o facto de esclarecer que, sob o ponto de vista legal, os dotes concedidos pelas misericórdias não são verdadeiros dotes, o que é inédito; bem como os contrastes verificados no perfil social das dotadas em diferentes espaços do império e de Portugal (por exemplo, ausência de discriminação racial e social em Salvador da Baía e restrição a membros da elite luso-chinesa em Macau).

A concessão de dotes era um dos mecanismos caritativos usados pelas misericórdias para proteger a honra e a virtude feminina, conceitos analisados por Luciana Gandelman, em ligação com o género e com o comportamento sexual. Também o eram os recolhimentos para órfãs, onde estas permaneciam até ao casamento. A autora reporta-se a casos de recolhimentos administrados por misericórdias em Portugal e no império (Brasil e Ásia), onde responderiam também aos interesses da Coroa e da colonização, promovendo casamentos entre homens portugueses e mulheres portuguesas ou luso-descendentes, brancas e cristãs velhas, para aumentar a população luso-católica e reproduzir as elites locais nas cidades coloniais.

No capítulo sobre a “economia da salvação”, Isabel dos Guimarães Sá procura explicar a centralidade da morte e da memória dos mortos nas misericórdias, mostrando, por um lado, a importância de uma boa gestão das doações, feitas maioritariamente *post mortem* e muitas envolvendo transferências transoceânicas de bens e capitais, pois eram elas que sustentavam o sistema caritativo; e, por outro, o peso simbólico das obras de misericórdia de enterrar os mortos e rezar pelas suas almas, com reflexo nos ritos funerários. Por sua vez, pelo seu maior ou menor aparato, estes espelhavam as clivagens sociais e os mecanismos de discriminação existentes em Portugal e nas colónias, distinguindo irmãos de não irmãos, as elites portuguesas do resto da população, escravos de homens livres, e respeitando as divisões raciais dentro das comunidades.

Por fim, no capítulo dedicado à assistência aos expostos prestada pelas misericórdias no império entre os séculos XVI e XVIII, Renato Franco analisa as tentativas para excluir desse socorro as populações miscigenadas em várias áreas do império. Foca-se nas especificidades coloniais deste tipo de assistência, considerando ter a miscigenação permitido discursos discricionários para restringir o acesso: em meados do século XVIII, a misericórdia de Goa só socorria expostos brancos; as de Salvador da Baía e Rio de Janeiro evitaram formalmente a discriminação de crianças, mas isso não impediu expostos mestiços de serem escravizados ou vendidos como tais.

A obra termina com um epílogo, da autoria das coordenadoras, que começam por destacar a longevidade das misericórdias, sobreviventes até à atualidade, a qual se explica, antes de mais, por nunca terem ameaçado a desigualdade social e económica e contribuírem para a coesão social (as elites auxiliam os pobres locais). Sá e Rodrigues reforçam que a grande diferença do modelo português de organização da caridade em relação a outros é a escala alcançada, devida à expansão oceânica e à fixação de portugueses em vários territórios do globo. Embora não esteja confirmada a ideia de que as misericórdias detiveram o monopólio da caridade em Portugal e no seu império (os bispos, cujo papel ao nível da caridade e do poder local deve ser reavaliado, continuaram a praticá-la), constituíram a mais alargada rede de instituições de caridade naqueles espaços. Por fim, aludindo à distância do perfil das misericórdias japonesas em relação ao modelo português, talvez a única exceção, as coordenadoras concluem ter ficado demonstrada a manutenção das características portuguesas nos espaços onde existiram misericórdias e manifestam o desejo de que este volume chame a atenção para a sua natureza ubíqua e o seu papel uniformizador em Portugal, no seu império e mais além.

Consideramos que este desiderato é cumprido, consistindo a obra numa síntese de vários aspetos da história das misericórdias que têm vindo a ser estudados nas últimas décadas, feita por alguns dos principais especialistas na área, com novidades interessantes no que respeita aos espaços do império, e com a grande vantagem de ser publicada numa prestigiada editora internacional, que dá visibilidade a um tema de âmbito global e ao trabalho dos que sobre ele têm investigado.

ANA ISABEL COELHO PIRES DA SILVA

Universidade de Coimbra, Faculdade de letras

ana.silva@fl.uc.pt

<https://orcid.org/0000-0002-5179-8740>



